



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
UNIDADE ACADÊMICA DE PSICOLOGIA - UAPSI

**PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES GRUPAIS E A PROMOÇÃO
DE SAÚDE MENTAL NO PRESÍDIO FEMININO**

FABRINE EMANUELLE SILVA MEDEIROS

CAMPINA GRANDE - PB

2018

FABRINE EMANUELLE SILVA MEDEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Psicóloga/o, sob orientação da Professora Dra. Maria Valquíria Nogueira do Nascimento.

CAMPINA GRANDE - PB
2018

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial “Tereza Brasileiro
Silva”, CCBS - UFCG**

M488p

Medeiros, Fabrine Emanuelle Silva.

Práticas integrativas e complementares grupais e a promoção de saúde mental no presídio feminino / Fabrine Emanuelle Silva Medeiros. – Campina Grande, PB: O autor, 2018.

35 f. 21 x 27,9 cm.

Orientador: Maria Valquíria Nogueira do Nascimento, Dra.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Psicologia) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, UFCG, 2018.

Inclui referências.

1. Práticas integrativas e complementares grupais. 2. Promoção de saúde mental. 3. Saúde no sistema prisional. 4. Presídio Feminino I. Nascimento, Maria Valquíria Nogueira do. (Orientador). II. Título.

UFCG/CCBS/BSTBS

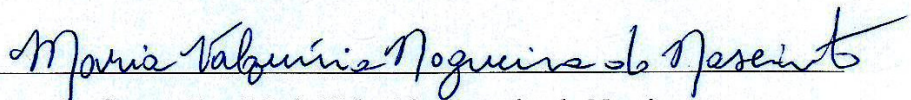
CDU 159.964.2 (813.3)

FABRINE EMANUELLE SILVA MEDEIROS

**PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES GRUPAIS E A
PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL NO PRESÍDIO FEMININO**

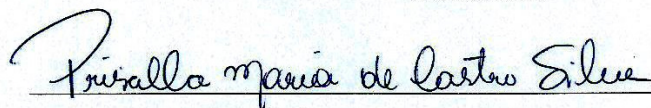
APROVADO EM: 16 / 03 / 2018

BANCA EXAMINADORA



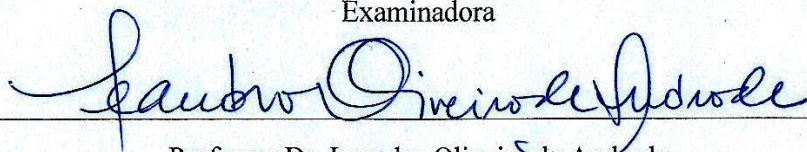
Professora Dra. Maria Valquíria Nogueira do Nascimento

Orientadora



Professora Dra. Priscilla Maria de Castro Silva

Examinadora



Professor Dr. Leandro Oliveira de Andrade

Examinador

Para as mulheres que estão com seus corpos aprisionados, porém permanecem lutando para manter suas almas livres que contribuíram para a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Mudar pra uma cidade totalmente desconhecida aos dezessete anos não é uma tarefa fácil, muitas pessoas percorreram meu caminho e fizeram esses cinco anos serem carregados de novas experiências, aprendizados e muito afeto, este último que fez de Campina Grande minha casa.

Agradeço a toda a minha família, que com muito esforço realizaram meu sonho de cursar Psicologia. Se eu cheguei até aqui devo tudo a eles, gratidão por todo o cuidado e amor que me são destinados.

Agradeço a minha orientadora que me acolheu com toda paciência e cuidado desde o estágio básico, e me confiou como bolsista para o projeto de extensão do qual deriva esse trabalho; Gratidão por todo o saber compartilhado durante esse último ano e por me apresentar toda a potencialidade das PICS.

Agradeço aos meus colegas de sala com quem compartilhei as alegrias, as dores e os sofrimentos desses últimos cinco anos.

Agradeço a cada professor que contribuiu com minha formação profissional e, mesmo sem saber, contribuíram e muito para a minha formação pessoal também, fazendo com que eu me tornasse uma pessoa melhor a cada dia.

Agradeço ao “povo do lindu” pelas redes de cuidado construídas no decorrer desses anos, gratidão por todos os almoços e noites de conversa que fizeram a estrada mais leve e divertida.

Agradeço as mulheres que participaram e fizeram possível esse estudo por compartilhar suas histórias conosco, conviver semanalmente com elas foi um aprendizado imensurável.

Por fim agradeço a quem direta ou indiretamente contribuiu para que a chegada até aqui se concretizasse.

GRATIDÃO!

RESUMO

A grave situação das penitenciárias brasileiras é conhecida por todos. O problema da superlotação, do ambiente insalubre e fértil para a propagação de doenças e a falta de condições que garantam a mínima dignidade humana são problemas que persistem há décadas e parecem não ter solução. Os internos que adentram esse espaço, além de lidar com os processos de mortificação do eu e de despersonalização que são próprios dessa instituição, que requer a padronização dos sujeitos para melhor controlá-los, precisam lidar com outra série de problemas que comprometem não só a sua saúde física como também a sua saúde mental. A situação das mulheres sob privação de liberdade ainda apresenta mais especificidades, visto que tem aumentado de forma considerável nos últimos anos, e muitas delas, ao serem presas, deixam filhos sob os cuidados de outras pessoas e famílias em um contexto de vulnerabilidade. Diante do exposto, o presente trabalho, derivado de um projeto de extensão vinculado ao Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, buscou implementar as Práticas Integrativas e Complementares Grupais na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande – PB, como meio de promover a saúde mental de mulheres privadas de liberdade. Adotamos como concepção teórico-metodológica a pesquisa participante por meio da pesquisa-ação, com a participação de 15 mulheres em encontros que ocorreram numa periodicidade semanal. Estavam previstas a implantação de práticas como: Tenda do Conto, Teatro do Oprimido, Terapia Comunitária, Círculo de Cultura e as Danças Circulares. Os principais temas trazidos pelas mulheres para os encontros foram: família, religião, a falta de confiança que permeia as relações na instituição e as estratégias de enfrentamento utilizadas para sobreviver ao cárcere. As Práticas Integrativas e Complementares oportunizaram às mulheres um espaço de escuta e ressignificação dos dilemas peculiares ao cotidiano do cárcere, possibilitando a produção de saúde e vida e o fortalecimento dos vínculos afetivos.

Palavras-chave: Práticas Integrativas e Complementares Grupais; Promoção de Saúde Mental; Saúde no Sistema Prisional; Presídio Feminino.

ABSTRACT

The serious situation of Brazilian penitentiaries is known by all. The problem of overcrowding, the unhealthy and fertile environment for the spread of disease and the lack of conditions that guarantee the minimum human dignity are problems that persist for decades and seem to have no solution. The inmates who enter this space, in addition to dealing with the processes of mortification of the self and depersonalization that are proper to this institution, which requires the standardization of the subjects to better control them, need to deal with a number of other problems that compromise not only their physical health but also their mental health. The situation of women under deprivation of liberty still has even more specific problems, since it has increased considerably in recent years, and many of them, when imprisoned, leave their children under the care of other people and families in a context of vulnerability. Based on the above considerations, the present work, derived from an extension project attach to the extension scholarship program of Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, sought to implement groups of integrative and complementary practices in the regional women's Penitentiary of Campina Grande – PB, as a means of promoting the mental health of women deprived of their liberty. It was adopted as theoretical-methodological conception the participative research through the research and action, with the participation of 15 women in meetings that occurred on a weekly basis. The implementation of practices such as: Story Tent, Theater of the Oppressed, Community Therapy, Circle of Culture and Circular Dances. The main themes women brought to the meetings were: family, religion, lack of trust that permeates relationships within the institution, and coping strategies used to survive the prison. The Integrative and Complementary Practices gave women a space for listening and re-signification of the dilemmas peculiar to the daily life of the prison, enabling the production of health and life and strengthening affective bonds.

Keywords: Group Integrative and Complementary Practices, Mental Health Promotion, Health in the Prison System, Women's Penitentiary.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1. As mulheres em situação de privação de liberdade	12
1.2. Saúde no sistema prisional.....	14
1.3. As Práticas Integrativas e Complementares Grupais como facilitadoras no processo de promoção da saúde mental.....	15
2. MÉTODO.....	18
2.1. Concepção teórico-metodológica	18
2.2. Caracterização do cenário e das participantes da pesquisa.....	20
3. DIALOGANDO EXPERIÊNCIAS.....	20
3.1. Desafios da inserção no campo.....	20
3.2. Primeiros contatos com o grupo	22
3.3. A construção de narrativas e a familiaridade com as histórias do grupo através da Tenda do Conto	23
3.4. O Teatro do Oprimido como estratégia para “quebrar o gelo” e melhorar a convivência do grupo.....	25
3.5. As Danças Circulares como facilitadoras na construção de vínculos.....	27
3.6. A falta de confiança umas nas outras como obstáculo para o desenvolvimento das atividades	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

1. INTRODUÇÃO

As punições aplicadas a quem cometeu crimes e/ou é desviante do padrão social sempre existiram na história da humanidade. Inicialmente, estes castigos eram baseados na humilhação pública e na tortura física, exemplos disso são os suplícios e a queima de pessoas na época da santa inquisição, onde eram montados verdadeiros espetáculos para sua execução (FOUCAULT, 1999). Até evoluir para a pena com privação de liberdade, como conhecemos hoje, houve um grande caminho percorrido, porém “a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, mediante um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição prisão antes que a lei a definisse como pena por excelência” (Benelli, 2014, p.69).

Para Foucault (1999) a prisão é o principal instrumento no processo de promover a docilidade dos indivíduos. Ela é considerada pena da sociedade civilizada visto que na teoria a mesma punição – a retirada da liberdade, um dos bens mais preciosos da sociedade atual - deve ser aplicada a todos os indivíduos, tornado-a igualitária. O poder corretivo da prisão é resultado da união do poder disciplinar de vigiar e do poder codificado de punir (FOUCAULT, 1999).

Dessa forma o poder disciplinar segundo Benelli (2004) “constrói uma sociedade disciplinar, adestrando e produzindo coletivamente corpos individualizados e dóceis” (p.240). Esse poder disciplinar é consequência do poder de vigiar que é inerente a essas instituições, onde o sujeito se sente observado durante vinte e quatro horas por dia, controle que ocorre não só pelos trabalhadores da instituição, aqui na figura dos agentes penitenciários, gestão do presídio e do Estado. A vigilância também acontece dentro do próprio grupo de internos.

Benelli exemplifica dizendo que “visibilidade total e irrestrita é a nova estratégia utilizada pelo poder disciplinar a fim de realizar o controle – sem uso da violência ostensiva – para o exercício de uma vigilância produtiva” (p. 241). Dessa forma, como o sujeito se sente sempre visto e vigiado ele se adequa mais rapidamente às regras. Em outras palavras, a vigilância irrestrita também é a base para o processo de docilização dos corpos.

Os espaços também são organizados para facilitar essa vigilância, as denominadas “Instituições totais” adotam essa organização para um melhor adestramento dos indivíduos, a exemplo da separação das pessoas por celas, em fileiras nas salas de aula. Foucault (1999) nostraz que “são espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos” (p. 127).

Os estabelecimentos de privação de liberdade são denominados de instituições totais, que são aquelas que exercem controle absoluto sobre os corpos de seus internos, segundo Goffman (2008), são definidas como “como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (p.11). Os presídios são considerados um tipo de instituição total, pois seus internos realizam todas as atividades do dia no mesmo local e sob uma única autoridade, além do que, como explicitado acima, eles possuem o mínimo contato com o mundo exterior que pode ser exemplificado como o dia de visita em que podem receber seus amigos e familiares (GOFFMAN, 2008).

As pessoas que adentram a uma penitenciária, de certa forma, cometeram algum delito e precisam se “redimir” diante do Estado e da sociedade. Goffman (2008) afirma que ao se inserir nesse ambiente, o novato precisa se adaptar a uma rotina inteiramente nova, esta que é pré-estabelecida, tendo como base um conjunto de regras formais que são impostas de cima e possuem horários rigorosos que precisam ser cumpridos. Além disso,

[...] o novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. (GOFFMAN, 2008, p. 24)

A mortificação do eu, segundo Goffman (2008) pode acontecer de diversas formas como, por exemplo, a já citada perda de contato com o mundo exterior, a vigilância constante, a perda do próprio nome - onde as pessoas passam a ser chamadas por apelidos ou sobrenomes -, a desculturalização que acontece devido ao longo período longe dos costumes da sociedade, a padronização que requer que todos os internos sejam iguais para facilitar o processo de disciplina, entre outros processos que mortificam o eu pouco a pouco durante o processo de imersão nesses espaços.

É necessário que o presídio seja um espaço mortificador para produzir a normatização que lhe é necessária para o controle dos corpos, diante de tanta padronização a subjetividade de cada indivíduo é colocada em segundo plano, o que pode comprometer a saúde mental das

peças que precisam se adaptar a essa situação e desenvolver estratégias de sobrevivência nesses espaços.

A instituição total como aponta Benelli (2004) ainda tendem a operar do modo clássico, ou seja, da mesma forma que foram conceituadas por Goffman (2008) e Foucault (1999), sendo assim a maioria delas permanecem alheias as tecnologias que surgiram nos últimos anos ou, segundo o autor, as que ainda incorporam alguma novidade informática não realizam muitas mudanças estruturais.

O mês de Janeiro de 2017 foi marcado por diversas rebeliões nas penitenciárias do Brasil, diariamente a mídia denunciou fugas, mortes, além de conflitos entre policiais e detentos. Esses eventos tornaram ainda mais evidente à situação precária na qual se encontra o sistema carcerário brasileiro, que há muito tempo passa por diversos problemas conhecidos por grande parte da população. Esta que em sua maioria, baseia-se no imaginário que “bandido bom é bandido morto” e ignora tal violação de direitos, tornando o sistema que deveria ser o início para o processo de ressocialização do apenado, no motor que gera ainda mais revolta e ódio, o que pode ser comprovado pelos altos índices de reincidência que podemos observar nos dias de hoje.

Nas últimas décadas, o aumento exorbitante dos índices de violência no Brasil é algo que merece atenção. Além de influenciar diretamente na qualidade de vida da população que vive seus dias com medo, esse número também reflete diretamente na dinâmica das penitenciárias do país, mais pessoas cometendo crimes e conseqüentemente, mais pessoas sendo presas. Os dados disponibilizados pelo ministério da justiça colocam o Brasil como a quarta maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia (BRASIL, 2014).

Mesmo as estatísticas de pessoas sendo presas aumentando, o número de penitenciárias não acompanhou esse crescimento, o que culmina em um dos maiores problemas do sistema carcerário brasileiro que é a superpopulação e a superlotação das celas. Segundo o Ministério da Justiça (2014), existem 376.669 vagas em presídios pelo país, enquanto isso existem 607.731 detentos, o que deixa o déficit de mais de 231.062 vagas (BRASIL, 2014). É um número alarmante visto que estamos lidando com pessoas que deveriam ser tratadas com a mínima dignidade garantida pelos direitos humanos. Em concordância com Adorno (1991) quando ele fala que:

Ao longo das duas últimas décadas, análises efetuadas mostraram que a tônica dominante das políticas públicas penais tem sido a de promover a segregação e o isolamento do sentenciado, mediante um programa deliberado de aumento

progressivo da oferta de novas vagas no sistema, política de mão-única porque não acompanhada de outras iniciativas e que não ataca os pontos tradicionais de estrangulamento. Seus efeitos podem ser elencados: ampliação da rede de coerção; superpopulação carcerária; administração inoperante; enrijecimento da disciplina e da segurança sem quaisquer conseqüências no sentido de deter a escalada da violência e a sucessão de rebeliões a que o sistema penitenciário vem assistindo nos últimos anos (ADORNO, 1991, pág. 68).

Esses aspectos citados, aliados a outros problemas tais como a má higienização dos ambientes, a má alimentação, o sedentarismo, a falta de atividades para preencher as horas, entre outras coisas, trazem problemas de saúde tanto físicos quanto psicológicos, além de infligir uma série de direitos humanos básicos para sobreviver com o mínimo de dignidade.

1.1 As mulheres em situação de privação de liberdade

O crescimento da população carcerária é ainda mais alarmante se considerarmos o crescimento das mulheres apenadas no Brasil, fenômeno que vem acontecendo exponencialmente e merece atenção, pois “a população masculina apenada brasileira cresceu 106% entre 2000 e 2010, enquanto a feminina cresceu, no mesmo período, 261%. No ano de 2000, eram 10.112 mulheres presas (4,3% do total de apenados) e no ano de 2010, o número saltou para 36.573 (7,4%). Desse modo, enquanto a população apenada masculina dobrou, a feminina triplicou” (LIMA, 2013, pág. 447). São mulheres que em sua grande maioria possuem baixo poder aquisitivo e baixo nível de escolaridade, além de serem mães de em média dois filhos e não possuem um parceiro fixo (CANAZARO E ARGIMON, 2010).

As mulheres, apesar de se apresentarem em um número menor se comparado a população carcerária no geral, possuem suas singularidades se comparadas aos homens. Canazaro e Argimon (2010) vão diferenciar mulheres e homens encarcerados e demonstram porque o aprisionamento das primeiras se torna mais delicado através dos seguintes pontos:

- (a) o padrão dos crimes das mulheres impõe um menor nível de risco à comunidade;
- (b) é provável que as mulheres sejam mais responsáveis pelo cuidado dos filhos e pela manutenção da casa do que os homens, de modo que o impacto da prisão é desproporcionalmente mais grave para as prisioneiras, frequentemente resultando na perda do lar e em dano grave na vida de seus filhos;
- (c) a mulher sofre uma cadeia mais grave de exclusão social do que o homem, apresentando altos níveis de abuso e

violência doméstica e problema de saúde mental (CANAZARO E ARGIMON, 2010, pág. 1324).

O maior responsável por levar essas mulheres aos presídios é o tráfico de drogas, como mostra Carvalho (2006), crime no qual grande parte é conduzida por parceiros e/ou familiares a praticar, já que “algumas sofrem influência dos companheiros, maridos ou namorados, outras buscam nesses atos ilícitos uma forma de geração de renda, pois se encontram desempregadas e responsáveis pelo sustento da família” (MINZON, DANNER & BARRETO, 2010).

Nesse contexto, é preciso levar em consideração a situação de vulnerabilidade na qual elas se encontravam antes de cometerem e serem pegas por seus crimes, onde a maioria já sofreu algum tipo de abuso físico e sexual ou fazia/faz uso de drogas (CANAZARO E ARGIMON, 2010).

O estigma de presidiária é algo que causa ansiedade e medo nas internas, visto que a sociedade encara isso como um erro que não pode ser desfeito, e essas mulheres sempre serão vistas como criminosas em potencial,

Portanto, essas mulheres que se encontram presas passam pelo processo de estigmatização, pois elas cometeram crimes e fugiram às regras impostas pela sociedade. Assim, elas são vistas sempre como presidiárias e este estigma impede o reconhecimento de outras características e habilidades que as mesmas podem vir a possuir, reduzindo as chances de reestruturação de suas vidas após o cumprimento da pena o que poderá dificultar sua reinserção na sociedade facilitando que cometam os mesmos atos criminosos. (MINZON, DANNER & BARRETO, 2010)

Devido a esse estigma, a família chega até a abandonar a interna com receio da pressão social. Desse modo, a mulher acaba perdendo o contato com os pais, filhos, companheiro e amigos, aspecto evidenciado na baixa frequência ou ausência das visitas (MEDEIROS, 2010).

Além dessa quebra nos vínculos afetivos com os amigos e familiares, a hostilidade que permeia o ambiente prisional torna a situação ainda mais difícil, pois as relações construídas em sua maioria são frágeis e permeadas por desconfiança devido à sobrecarga de aspectos negativos (LIMA, 2013).

Muitos são os agentes estressores presentes na vida de quem está privado de liberdade, além de ter que se adaptar em um ambiente totalmente novo, com pessoas desconhecidas das

mais diversas índoles. Esse ambiente ainda é totalmente ríspido, sem as mínimas condições para a manutenção da dignidade humana. Dessa forma, são inúmeros riscos não só para doenças físicas como também para o adoecimento mental, levando a casos de depressão e até suicídio (LIMA, 2013).

A Constituição Federal de 1988 elucida que a saúde é “um direito de todos e um dever do Estado”. Porém, esse direito não é assegurado a todos como é previsto no papel. A realidade dos presídios brasileiros é a de que os profissionais têm medo de adentrar esse espaço e não existe a devida fiscalização. Sem a assistência adequada e o ambiente insalubre, os presídios do Brasil tornam-se terreno fértil para a propagação das mais diversas enfermidades.

1.2 Saúde no sistema prisional

Tendo em vista os problemas acima mencionados, o Governo Federal passou a desenvolver alguns programas na tentativa de devolver aos apenados alguns direitos fundamentais tais como a educação e saúde. Nessa direção, foram criados programas tais como o “educando para a liberdade”, que estimula os internos a estudar em troca de remissão da pena; o programa de profissionalização que oferece empregos e capacitação aos internos, que além de oferecer a proposta de remissão da pena também consiste em uma estratégia para evitar a reincidência, visto que em teoria ofereceria uma oportunidade de o apenado se inserir no mercado de trabalho posteriormente e não precisar cometer mais crimes para sobreviver (SILVA, 2014).

O programa saúde no presídio, pouco conhecido, e que merece atenção é preconizado pelo Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Através dessa iniciativa o ministério da saúde prevê a inclusão da população penitenciária no Sistema Único de Saúde a partir da portaria n.º 1.777, de 9 de setembro de 2003. O plano estabelece que “as ações e os serviços de atenção básica em saúde serão organizadas nas unidades prisionais e realizadas por equipes interdisciplinares de saúde” (BRASIL, 2005, pág.11). Sendo assim, o acesso aos serviços mais especializados de níveis secundários e terciários são acordados em cada estado.

A saúde mental, como é considerada um serviço de nível mais especializado, é por vezes, esquecido nesses ambientes e precisa ser debatido, como mostrado no estudo de Canazaro e Argimon (2010). Para essas autoras, a maioria das mulheres privadas de liberdade são acometidas com algum transtorno mental grave ou leve, sendo o mais comum delas a

depressão, o que pode ser justificado pela comumente perda de contato com os familiares, companheiro e filhos, além da falta de perspectiva para o futuro que cerca grande parte das internas. A ociosidade durante a maior parte do tempo é outro fator que contribui para o aumento desses índices, visto que, apesar de existirem todas essas políticas, não chegam a todas as penitenciárias e quando chegam não abarcam todos os internos.

Apesar das iniciativas descritas, o que se encontra na realidade é bem diferente do papel. De Sousa et al. (2013) mostra que o sistema penitenciário ainda está distante de se adequar ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, tanto no que tange à estrutura física, quanto a estratégias que visem a promoção de saúde e prevenção de doenças, e a contratação de profissionais qualificados para que isso seja realizado de forma satisfatória. Para que essas estratégias de promoção de saúde e prevenção de doenças sejam realmente eficazes é necessário que o debate se aproxime das pessoas através de uma estratégia de educação em saúde que ouça a real demanda para a especificidade do público para o qual está voltada.

Nesse sentido, a educação popular em saúde aparece como uma das principais ferramentas na tentativa de tornar esses sujeitos como protagonistas, indo na contramão da educação em saúde tradicional e bancária onde os sujeitos são apenas ouvintes, muitas vezes de uma realidade que não lhes diz respeito e está previamente dada, e não são tocados pelo que lhes é dito por ser algo distante. Logo, a utilização dessa prática preconiza que os profissionais devem colocar seus saberes gestados na academia a serviço da população para articular, confrontar e produzir outros saberes, na busca por uma construção de conhecimento participativa (NASCIMENTO, 2016), que reconheça o saber da comunidade na qual está inserido.

1.3 As Práticas Integrativas e Complementares Grupais como facilitadoras no processo de promoção a saúde mental

Nesse contexto, emergem as Práticas Integrativas e Complementares que, em sua maioria, têm origem nos saberes e nas práticas populares, de uma época onde a saúde não era um direito e uma obrigação do Estado e as pessoas descobriam em suas vivências plantas e práticas, tais como o uso da reza, como uma forma de melhorar sua condição (NASCIMENTO, 2016).

As práticas integrativas e complementares surgem no âmbito do SUS como uma alternativa ao modelo hegemônico de cuidado, pautado na lógica biomédica, que por muitas vezes desconsidera a subjetividade e a história da pessoa que ali se encontra doente, desconsiderando princípios como o da humanização e da integralidade que estão previstos nas diretrizes do SUS.

Segundo a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), as referidas práticas se constituem como um conjunto de ações que buscam a promoção e recuperação da saúde utilizando-se de ferramentas tais como a escuta acolhedora, o desenvolvimento do vínculo terapêutico, a integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade, entre outros. E buscam estabelecer uma “visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado” (BRASIL, 2006).

Dessa forma, essas práticas trazem consigo uma forma holística de enxergar o ser humano e o processo saúde-doença, como apontado por Andrade e Costa (2010):

Em linhas gerais, essas abordagens da saúde e da doença, da diagnose, dos tratamentos terapêuticos e das doutrinas que lhes dão suporte concebem o ser humano como ser integral, não identificando barreiras entre mente, corpo e espírito, ao contrário do que faz a medicina convencional. Elas sinalizam para uma visão da saúde entendida como bem-estar amplo, que envolve uma interação complexa de fatores físicos, sociais, mentais, emocionais e espirituais (ANDRADE E COSTA, 2010, pág. 499).

Dessa maneira, as PICS buscam entender os sujeitos em suas particularidades para então entender como se dá esse processo de forma singular para cada indivíduo.

As práticas integrativas e complementares têm crescido gradativamente e ganhado grande visibilidade, pois tem ocupado diversos lugares tais como centros de saúde, clínicas particulares, comunidades tradicionais, igrejas, movimentos sociais e entidades não governamentais; que tem se apropriado de seus diversos recursos e contribuído para sua difusão (ANDRADE E COSTA, 2010).

Diante do alcance que as PICS obtiveram no decorrer dos anos, no ano de 2006 foram consolidadas como uma prática efetiva oferecida pelo Sistema Único de Saúde, através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e da Portaria GM nº 971. Inicialmente, as práticas previstas eram a homeopatia, acupuntura, medicina tradicional chinesa, termalismo, medicina antroposófica, plantas medicinais e fitoterapia, Reiki e Lian

Gong.Contudo, no ano de 2017 novas práticas foram acrescentadas à política nacional através da portaria SAS nº 849, sendo elas a arteterapia, ayurveda, dança circular, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoteapia, reiki, shantala e terapia comunitária integrativa.

Este relato é resultado de minha participação como bolsista num projeto de extensão universitária no presídio feminino, cujo objetivo foi implantar as PIC's Grupais como estratégia de promoção da saúde mental das mulheres privadas de liberdade. Assim, nos encontros realizados na penitenciária foram utilizadas principalmente as Práticas Integrativas e Complementares Grupais como auxiliares no processo de valorização do sujeito que se encontra ali e tem suas próprias demandas e como meio de dar voz aos que muitas vezes são silenciados, proporcionando um espaço para lidar com seus sentimentos e conseqüentemente promover saúde mental. Desse modo, "as PIC's Grupais, dialogadas com a educação popular podem contribuir para a qualificação de modos de cuidados mais humanizados, compartilhados e integrais em saúde, por meio de ações dialogadas, criativas e participativas que contribuam para a autonomia das pessoas em suas vivências de saúde e doença" (NASCIMENTO, 2016, pág.126).

Os trabalhos em grupo também servem como facilitadores para a criação e o estabelecimento de vínculos, visto que durante o diálogo as pessoas podem compartilhar situações que vivenciam e assim construir uma rede de apoio que pode auxiliá-las nas estratégias de enfrentamento durante o período que ficarão reclusas e deixar o ambiente minimamente acolhedor.

As práticas integrativas e complementares grupais utilizadas nesse trabalho são o planejamento participativo, o círculo de cultura, o teatro do oprimido, a tenda do conto, a terapia comunitária e as danças circulares, como brevemente descritas por Nascimento (2016): a) Planejamento participativo: geralmente acontece no primeiro encontro de um grupo e tem como finalidade conhecer a realidade com qual se vai trabalhar, ver as demandas principais trazidas pelo grupo e partir delas, sempre proporcionando a reflexão para então partir para uma ação; b) círculo de cultura: proposto por Paulo Freire consiste em uma roda de conversa sobre um tema determinado pelo grupo a fim de problematizá-lo. Geralmente, do círculo são extraídas ações para enfrentar determinadas situações; c) teatro do oprimido: criado por Augusto Boal e mostra um teatro um tanto quanto diferente através de jogos e técnicas que podem retratar situações cotidianas e questionar os papéis e as relações de poder que nos são postos; d) tenda do conto: metodologia idealizada pela enfermeira Jaqueline

Abrantes em uma Unidade Básica de Saúde em Natal/RN, que consiste na contação de histórias a partir de um objeto levado pelo participante e que carrega alguma memória afetiva de alegria ou de dor. A intenção dessa metodologia é valorizar a história trazida por cada um e através delas conhecer um pouco mais da realidade local; e) terapia comunitária: criada por Adalberto Barreto em uma comunidade de Fortaleza/CE, seu processo se dá a partir de cinco etapas que são: acolhimento, escolha do tema, contextualização, problematização e encerramento/conotação positiva. Através da terapia comunitária, busca-se estabelecer um ambiente de confiança para que as pessoas possam trocar experiências e buscarem juntas uma resolução para o problema que foi posto e escolhido na roda.

2. MÉTODO

2.1. Concepção teórico-metodológica

Este estudo possui uma abordagem qualitativa visto que busca compreender o meio e os sujeitos que nele estão inseridos em suas particularidades e experiências, trazendo um contraponto ao meio de produção acadêmica positivista que visa comprovar suas teorias e técnicas através de números e estatísticas. Num pensamento que se coaduna ao de Terence e Filho (2006) quando eles dizem que:

Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. (Terence e Filho, 2006, p. 2).

Dessa forma, quando se fala em pesquisa qualitativa implica-se uma troca densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, o que torna o trabalho do pesquisador bem mais difícil e acurado, pois é necessário que haja sensibilidade para captar as especificidades do cenário no qual está inserido (CHIZZOTTI, 2003).

Dentre as várias metodologias existentes na abordagem qualitativa, e, em razão do diálogo recorrente com a educação popular que fora proposto nos encontros, fez-se a escolha pela pesquisa-ação como aporte teórico-metodológico a ser utilizado para a produção e análise dos dados.

A pesquisa-ação não consiste em um simples levantamento de dados. Exige que os sujeitos da pesquisa estejam implicados no processo para que a ação decorrente dela possa provocar uma mudança realmente efetiva no dia-a-dia do grupo, além do que a “pesquisa-ação insere-se na concepção de educação libertadora, tendo como ponto de partida o diálogo e incentivo à participação dos setores populares na busca do conhecimento da realidade para transformá-la” (BALDISSERA, 2007, p. 10). Diante disso, a pesquisa-ação também assume um caráter emancipatório, pois proporciona um ambiente no qual pesquisadores e pesquisados troquem ideias e experiências de forma igualitária, fazendo emergir novos conhecimentos que possam ser aplicados no meio em que estão inseridos para a melhoria das relações, do espaço e conseqüentemente da qualidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, a educação popular tem muito a contribuir com a pesquisa-ação. Carlos Rodrigues Brandão (2007) destaca que Paulo Freire faz alusão aos sujeitos da pesquisa e não distingue em pesquisadores, que são detentores do conhecimento acadêmico, e pesquisados que são conhecedores do ambiente e das relações que são constituídas. Dessa forma, os sujeitos da pesquisa caminham juntos para a compreensão de uma realidade social, esta que deve ser o verdadeiro objeto da pesquisa.

Nessa mesma direção, Franco (2005) expressa que o pesquisador deve assumir os dois papéis que são complementares: o de pesquisador e o de participante do grupo. A não distinção entre os pesquisadores e os objetos da pesquisa contribui para a construção de um ambiente mais igualitário e vai de encontro totalmente ao modelo hegemônico de pesquisa que é largamente utilizado no meio acadêmico, como disse Brandão (2007) essa distinção é uma construção da ciência de uma era.

Conforme mencionado anteriormente, o presente artigo é derivado de um projeto vinculado ao Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (PROBEX), que contou com cinco alunos, sendo dois bolsistas e três voluntários, a professora coordenadora e um professor colaborador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que estava na UFCG para uma licença capacitação.

Em termos operacionais, o projeto citado ocorreu a partir das seguintes etapas: 1) sensibilização da equipe de trabalho; 2) planejamento participativo; 3) oficina de formação dos discentes e colaboradores do projeto nas ferramentas de Práticas Integrativas e Complementares Grupais; 4) implantação das atividades de Práticas Integrativas e Complementares Grupais; e 5) construção de saberes científicos.

2.2. Caracterização do cenário e das participantes da pesquisa

O cenário da pesquisa foi a Penitenciária Regional Feminina, situada no Complexo Penitenciário do Serrotão, na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. A penitenciária possui sete celas normais e uma cela berçário, com estrutura para abrigar 36 internas. Entretanto, no início do projeto contava com 109 mulheres que variavam entre apenadas e presas provisórias aguardando julgamento.

Inicialmente, a proposta era realizar encontros quinzenais com um grupo de vinte mulheres escolhidas pela direção do presídio. Porém, devido à burocracia que foi enfrentada para o ingresso no sistema, houve atraso para o início do projeto, sendo necessário tornar os encontros semanais. A princípio a direção liberou apenas dez mulheres para participação no grupo, e apenas posteriormente houve a liberação de mais cinco, totalizando um grupo de quinze mulheres.

O grupo não permaneceu fixamente com as mesmas mulheres devido à liberação de algumas durante o período no qual se deu o projeto, sendo substituídas por outras, o que causou certa mobilidade no grupo. Os sete encontros aconteceram semanalmente, às quintas-feiras, na biblioteca da penitenciária e duravam cerca de duas horas.

Com relação ao perfil das internas participantes do grupo, eram mulheres que possuíam idades entre 22 e 77 anos. O nível de escolaridade é considerado baixo, variando entre o ensino fundamental I e ensino fundamental II, sendo duas não escolarizadas. Suas ocupações antes do cárcere variavam entre empregada doméstica, vendedora, dona de casa, agricultora, reciclagem, autônoma e auxiliar de serviços gerais. Por ser uma penitenciária regional, algumas das internas possuíam domicílio no município de Campina Grande e outra grande parte das mulheres vinha de outras cidades da região. No que tange aos motivos por que estão privadas de liberdade, estima-se que aproximadamente 75% estão associadas ao tráfico de drogas.

3. DIALOGANDO AS EXPERIÊNCIAS

3.1. Desafios da inserção no campo

É válido salientar que as atividades do projeto iniciaram tardiamente devido às exigências e trâmites para adentrar no presídio, onde nos foi pedido uma dezena de

documentos pessoais, dentre eles certidões de antecedentes criminais federal, estadual e municipal que precisavam ser submetidos à aprovação. Todo esse trâmite adiou em cerca de três meses o início das atividades no campo, reduzindo o previsto de quinze encontros quinzenais para sete encontros semanais, comprometendo que todas as PICS previstas no projeto fossem colocadas em prática. Porém, mesmo com essa limitação pode-se observar o impacto positivo que os encontros provocaram na vida das mulheres.

Como mencionado anteriormente, o projeto percorreu as seguintes etapas:

- a) Reunião de planejamento dos discentes, sob a supervisão da professora coordenadora a fim de planejar a inserção no campo, atividades iniciais a serem realizadas e quais as Práticas Integrativas e Complementares grupais seriam utilizadas no presídio, tais como: planejamento participativo, tenda do conto, teatro do oprimido, danças circulares, círculo de cultura e terapia comunitária.
- b) Planejamento participativo, juntamente com as mulheres no presídio, onde realizamos uma roda de conversa para que todos os participantes do projeto, incluindo os alunos, os professores e as próprias mulheres pudessem se apresentar e iniciar a construção de um vínculo, além de planejar conjuntamente as próximas ações da extensão;
- c) O início das atividades e a implantação de algumas das práticas acima mencionadas nos encontros semanais realizados no presídio. Vale ressaltar que a escolha das ferramentas e os temas tratados em cada encontro foram feitos a partir de demandas colhidas juntamente com as mulheres no planejamento participativo e de acordo com a evolução do projeto no decorrer dos dias.
- d) A última etapa, em andamento, consiste na produção de saberes científicos, esta que busca divulgar todo o material colhido durante o projeto através da publicação de artigos científicos e apresentações em congressos. Para isso foram utilizados os diários de campo produzidos pelos alunos bolsistas e voluntários e pelos colaboradores.

Dessa forma as primeiras reuniões foram realizadas entre os discentes e a professora coordenadora do projeto com o objetivo de elencar as principais Práticas Integrativas e Complementares Grupais que seriam utilizadas, as quais foram: Tenda do conto, Teatro do

Oprimido, Danças circulares, Terapia Comunitária e Círculo de Cultura. Essas reuniões não aconteceram apenas no início, elas foram contínuas e tinham como proposta planejar as atividades de acordo com as demandas que iam surgindo no decorrer dos encontros, além de servir como avaliação para a melhora do projeto.

Após as reuniões iniciais realizamos uma primeira visita ao presídio onde pudemos conhecer alguns funcionários, explicar o teor do projeto e tirar possíveis dúvidas que viessem a ocorrer, além de fazer alguns acordos que seriam necessários para o bom andamento do projeto tais como: dias para as intervenções, número de internas que poderiam participar do grupo, duração dos encontros. Nessa reunião também ficamos cientes de algumas regras do estabelecimento que ainda não conhecíamos.

Retornamos ao presídio apenas para a imersão no campo e o desenvolvimento das atividades. Dessa forma, iniciamos com o planejamento participativo e os encontros subsequentes foram utilizados para a aplicação das práticas e demais técnicas que foram adaptadas a depender da demanda trazida pelas mulheres, na perspectiva de um trabalho conjunto com todos os sujeitos que compunham a pesquisa.

Tendo em vista que não houve tempo para a implementação de todas as práticas previstas, devido aos problemas burocráticos já mencionados, e a adaptação que temos que fazer frequentemente ao lidar com grupos, foi necessário realizar alguns encontros em que nenhuma prática foi implementada e foram utilizados outros métodos e dinâmicas para a discussão do tema proposto. Assim, das práticas escolhidas, as principais que foram trabalhadas foi a Tenda do Conto, o Teatro do Oprimido e as Danças Circulares.

Nas próximas seções, relato alguns aspectos considerados relevantes que dizem respeito aos encontros realizados e os principais temas narrados pelas mulheres.

3.2 Primeiros contatos com o grupo

Para o primeiro encontro com as mulheres, buscamos realizar atividades que servissem como “quebra-gelo”, para que pudéssemos nos conhecer e transmitir a ideia do projeto de uma forma mais leve e descontraída. Dessa forma, após uma breve apresentação superficial, falamos um pouco sobre a proposta do projeto, realizamos uma ciranda e uma técnica de apresentação chamada “meu nome em ação”, na qual pedimos para cada participante dizer seu nome e uma característica que possuísse que começasse com a primeira letra dele.

Após a roda de apresentação, utilizamos a técnica do “mosquito africano,” que é derivada do Teatro do Oprimido, como uma tentativa de aquecer e quebrar o gelo. Essa técnica consiste em imaginar que existe um mosquito passando em cima da cabeça dos participantes do grupo e o companheiro que está ao lado esquerdo e direito tem que matar o mosquito quando ele estiver passando pela cabeça do seu vizinho. A dinâmica serviu para descontrair o ambiente e as mulheres deram boas risadas a desempenhando.

Na sequência, iniciamos uma roda de conversa para esclarecer o intuito do grupo que estava iniciando, como seria a dinâmica dos encontros e que a participação das mulheres seria uma decisão das mesmas e não uma obrigação. Foi esclarecido que aquele era um ambiente delas e que as mesmas poderiam falar, pois seriam escutadas sem julgamentos. A partir de então, fizemos um contrato terapêutico no sentido de que elas evitassem falar sobre o que acontecia no grupo para pessoas externas tais como outras internas e/ou funcionários do presídio.

Durante a roda de conversa foi perguntado quais os temas que elas sentiam necessidade de tratar ali, não houve muita devolutiva por parte das internas que permaneceram caladas por um espaço de tempo considerável. Porém, no decorrer dos encontros muitas delas falaram sobre suas famílias, expressando a saudade que tinham de suas casas, muitas expressaram a sensação de abandono por parte de familiares após a prisão, o sentimento de tristeza por terem deixado seus filhos sob os cuidados de outros e a situação angustiante de perder alguém querido enquanto encontra-se presa.

O primeiro contato com as mulheres serviu para nos despirmos de alguns preconceitos, principalmente com relação à periculosidade do ambiente, que são socialmente construídos. Desde o primeiro encontro todas foram muito corteses e amáveis conosco, mostrando-se agradecidas pelo espaço de fala que proporcionamos a elas que frequentemente são silenciadas nos mais diversos espaços.

3.3 A construção de narrativas e a familiaridade com as histórias do grupo através da Tenda do Conto

Com base no que foi falado no encontro anterior sobre família e a saudade de casa optamos por fazer uma tenda do conto. Dessa forma, pedimos que os integrantes do grupo levassem objetos com algum significado especial e que trouxessem lembranças. A tenda do conto propõe a construção de narrativas a partir de objetos que trazem alguma memória

afetiva para os participantes como forma de valorização de elementos culturais e possibilidade de produção de identidade nos espaços de saúde.

De acordo com Félix-Silva et al (2014), a tenda do conto se constrói como um espaço onde “a escuta e a construção de vínculos ocupam um lugar de destaque na promoção do cuidado e são considerados como mecanismos terapêuticos” (p. 24). E nela não existe aquele que ensina e aquele que aprende, e sim um processo de construção mútuo em que ao mesmo tempo pode-se ser participante e construtor da realidade.

Nesta tenda do conto, o principal tema levantado foi família e, em consequência, os principais objetos levados foram fotos, álbuns, cadernos com recados de pessoas queridas, roupas de bebê, bíblias, entre outras coisas, algumas mulheres na impossibilidade ter o objeto, relembrou pela memória. Ou seja, na ausência dos mesmos, foram representados mentalmente. As mulheres fizeram questão de mostrar seus objetos, principalmente os que eram fotos e cartas, elas mostraram orgulhosas fotos de seus familiares e amigos, principalmente quando se tratavam de seus filhos e filhas.

Quando se fala em família, o assunto se torna muito delicado para elas, muitas sofrem por estarem afastadas dos familiares, recebendo visitas periódicas e o cuidado dos parentes, enquanto outras sofrem por terem sido abandonadas pelas famílias ao se envolverem com o crime e serem presas.

Algumas internas relatam terem sido presas auxiliando os companheiros ou filhos no tráfico de drogas. Como aponta Lago (2014) isso é um dado muito comum comparado com outros presídios espalhados pelo Brasil, onde a maioria dos crimes relacionados a mulheres é por tráfico de drogas, seja para auxiliar seus companheiros ou para prover algum tipo de sustento para a família diante das dificuldades econômicas.

No tocante à família, existe um forte debate sobre gênero que precisa ser incluído, pois enquanto formam-se longas filas para a visita no presídio masculino, no presídio feminino são poucas as mulheres que recebem visitas, o que caracteriza o abandono por parte dos familiares das presas mulheres e a afirmação que a mulher deve ocupar o espaço interno da casa como cuidadoras da família, e não os espaços públicos, principalmente espaços que geram um estigma como o ambiente penitenciário.

Esse foi um tema que mobilizou bastante as emoções das mulheres, pois nem todas sentiram-se à vontade para falar. As que falaram foram bastante breves, não contaram muitas histórias e apenas citavam o objeto que tinham levado e quem ele fazia lembrar, poucas chegaram a narrar realmente suas histórias. Uma das mulheres chegou a falar que não falava

mais porque sentiria muita vontade de chorar, outras relataram posteriormente que não se sentiram à vontade pra falar devido à falta de confiança umas nas outras, e por isso tinha medo que sua história se espalhasse para as internas que não estavam ali.

Na tenda, além da temática família, a religião se apresentou como um aspecto muito presente no cotidiano das mulheres. Muitas se apegam a Deus e isso serve como uma estratégia para o enfrentamento do dia-a-dia na prisão. Algumas participantes relataram fazer parte do Rhema (um grupo de estudos vinculado a uma igreja evangélica), que realiza encontros semanais para estudos bíblicos.

A presença desses grupos pode ser avaliada tanto como negativa quanto positiva. Segundo Vargas (2005) “a presença dos grupos e dos discursos religiosos cristãos, além de proporcionar às internas um suporte emocional, representa um parêntese no cotidiano prisional que as anima, lhes dá força e preenche de sentido os dias em cativeiro” (p. 29). Isso também é exemplificado na fala das internas participantes do grupo que relataram mudar muito sua perspectiva da vida tanto dentro do presídio como fora dele devido às coisas que escutam e estudam.

Nota-se, também, que se apegar a uma religião diminui bastante o uso de psicotrópicos, pois as práticas religiosas agem como um apoio – às vezes o único apoio existente- para essas mulheres, muitas internas relataram já ter feito o uso de algum tipo de medicamento desse tipo e que o uso foi descontinuado após começar a se dedicar a algum tipo de religião.

Como lado negativo de ter esses grupos dentro das penitenciárias Vargas (2005) alerta que a religiosidade pode servir como mecanismo indireto para o controle da população carcerária, uma vez que “sua presença no cotidiano prisional suaviza, balsama e ameniza as tensões diárias das internas, tornando-as mais dóceis” (p. 27).

As mulheres também trouxeram as mais diversas estratégias, além da religião, que utilizam para sobreviver ao cárcere e driblar o ócio que muitas vezes as acomete, fazendo com que “o tempo não passe”. Dessa maneira, quando se referem ao ato de estudar, algumas relataram que aprenderam a ler dentro da prisão, outras falaram que gostam de escrever. Dentro do presídio tem um espaço para a produção de artesanato que além de conter o ócio também serve como uma atividade profissionalizante.

3.4 O Teatro do Oprimido como estratégia para “quebrar o gelo” e melhorar a convivência do grupo

Para iniciar falando sobre como se deu a aplicação do Teatro do Oprimido nos encontros do projeto, acho pertinente relatar que antes de adentrar ao campo nos foi pedido para retirar essa prática das atividades previstas porque em seu nome contém a palavra “oprimido”, que poderia vir a gerar algum tipo de “conflito”. Dessa forma, ao falar de Teatro do Oprimido (T.O.) nos encontros substituímos por “Jogos do Boal” para conseguir manter as discussões e as técnicas do T.O. sem criar maiores conflitos com a gestão do presídio.

Segundo Kuhn (2014) para Augusto Boal, idealizador do T.O., o teatro fazia parte do ser humano, pois ele é espectador em sua própria vida, sendo possível entrar em cena mudando sua própria história. Dessa forma ele transforma o espectador que estava acostumado a apenas assistir a peça, a intervir com uma postura mais ativa no espetáculo teatral (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2012).

O teatro do oprimido permeou muitos dos encontros com suas técnicas de aquecimento que, devido ao ar descontraído que deixam no ambiente, colaboram para a criação e estabelecimento de vínculos e para a consequentemelhora da convivência entre as mulheres.

Apesar de estar difuso em quase todos os encontros realizamos um encontro com o objetivo de trabalhar apenas o T.O., onde tudo foi construído dentro da linha de Boal "Aquecer- Alongar- Jogar". Os primeiros jogos foram sobre o conhecimento do corpo através de sons, palavras e imagens. Assim, propomos a brincadeira da “galinha louca” para aquecer o corpo. No jogo, a proposta era jogar para frente cada membro do corpo na contagem dos números proporcionalmente entre 1-2-4-8, momento que gerou muita descontração e riso.

Ainda no exercício do corpo, caminhamos pela sala em ritmos diferentes. 1- Câmera lenta, 2- andar cotidiano e 3- andar acelerado. Cada vez que o Curinga (aquele que no T.O conduz e facilita as atividades) dizia um número entre esses, caminhávamos no ritmo correspondente. A partir desta técnica, foi possível pensar não só o ritmo do corpo em si, mas também os ritmos na vida, o movimento próprio que temos em nossas atividades e experiências subjetivas.

Para finalizar, partimos para um jogo de atenção, foco e memória. O “pá-pé-pow” foi usado para além de seu objetivo cognitivo, mas para uma compreensão de confiança e construção de vínculos. As mulheres deveriam "passar a bola" imaginária umas para as outras só através dessas três palavras (pá-pé-pow). O comando “Pá” é para passar a bola pra quem está ao lado, seja esquerdo ou direito. O “Pé” passava a bola para quem estivesse do outro

lado da roda, em qualquer direção, e “Pow”, você recusaria a bola caso viesse para você. O detalhe principal desse jogo é que você só poderia manusear a bola se estivesse olhando no olho um do outro, tanto para doar quanto para receber. Isso nos levou a pensar ainda mais sobre como discutir a confiança dentro daquele cotidiano e como podemos nos repensar no interior do espaço grupal.

No teatro do oprimido todos os seres humanos são atores, porque agem, e espectadores porque observam. Todos são, portanto, espect-atores: atuam, agem, interpretam

Nesse cenário, ressurge com mais força e confiança o espect-ator. A pessoa que se torna personagem de uma história que ela mesma constrói, baseada em fatos, acontecimentos do seu cotidiano. O espect-ator sai da sombra, da margem da sociedade para se mostrar como ser humano que é, ativo socialmente, consciente de seus direitos e deveres, preocupado com mudanças políticas e sociais, um cidadão crítico, politizado”(KUHN, 2014, p.14).

Dessa forma, com a prática de jogos, exercícios e técnicas teatrais procuramos estimular a discussão e a problematização de questões do cotidiano das mulheres, com o objetivo de fornecer uma maior reflexão das relações de poder, através da exploração de histórias pessoais e coletivas.

3.5. As Danças Circulares como facilitadoras na construção de vínculos

As danças circulares também permearam todos os encontros e foi algo que muito agradou as mulheres, de modo que, quando não iniciávamos o encontro com uma dança circular elas sempre perguntavam se ainda iria haver alguma e sempre pediam por mais músicas. Dessa forma, sempre abríamos ou fechávamos um encontro com uma dança.

Ao nos colocarmos em círculo, não existe hierarquia e damos as mãos com a mão direita para baixo e mão esquerda virada para cima, esse gesto simboliza o ato de receber como também o ato de doar energias para quem está ao lado e para o grupo (ANDRADA E SOUZA, 2015).

Souza et al. (2007) trazem as danças circulares como antigas tradições presentes em diversos povos do planeta, relatando que suas origens confundem-se com a origem da humanidade e com uma época na qual o homem tinha estreito vínculo com a natureza, simbolizando nos movimentos circulares a “expressão dos ciclos existentes em tudo que nos rodeia” (p. 02).

A principal dança circular que adotamos foi à ciranda de roda, que aqui no Brasil é bastante reconhecida como uma brincadeira de criança, sendo assim os momentos em que dançamos serviram para retomar as raízes do grupo, onde mulheres relataram ter dançado ciranda na infância e com o passar do tempo essa prática se perdeu, sendo assim elas puderam relembrar esse momento de suas vidas.

Porém, vale ressaltar que elas não são meramente folclóricas. Andrada e Souza (2015) relatam que o ato de dançar em roda pode provocar vivências que possibilitem o acesso a subjetividade das pessoas

Percebe-se que há uma plausibilidade de trabalho da Psicologia com a dança dentro de contextos variados, tendo em vista seu potencial para tocar a subjetividade dos sujeitos que transcendem o corpo, o lazer ou o folclórico justamente por ser uma atividade mediadora, capaz de provocar a emersão e manifestação de intrasubjetividades e intersubjetividades” (ANDRADA E SOUZA, 2015, p. 361).

As danças circulares podem ter uma série de finalidades, como aponta Andrada e Souza (2015), algumas despertam alegria, outras, introspecção, ou entrega, brincadeira, reverência, além da amizade e do contato afetivo, entre outros aspectos. Além de promover a qualidade de vida, pois além de favorecer o contato com outras pessoas, também servem como estratégia para movimentar o corpo.

A meu ver as danças circulares foram essenciais para estabelecer a boa relação que tivemos com o grupo, concordando com Andrada e Souza (2015) elas se apresentaram como um recurso importante uma vez que “despertam o respeito ao outro, a integração, a inclusão e o acolhimento às diversidades e estimulam a cooperação” (p.361). De fato quando estávamos dançando, sempre umas tentavam ajudar as outras no sentido de ensinar os passos, esperar o tempo da companheira para que o círculo permanecesse harmonioso, além de ser um momento de descontração.

3.6. A falta de confiança umas nas outras como obstáculo para o desenvolvimento das atividades

Em muitas das atividades, quando havia a necessidade de falar algo de cunho pessoal, algumas mulheres permaneciam caladas e relatavam não se sentirem à vontade para falar. Apesar do estabelecimento do contrato terapêutico no primeiro encontro e a firmação deste

nos demais que se seguiram, elas tinham medo de que suas histórias “se espalhassem” para as demais internas que poderiam usar isso de forma que pudesse prejudicá-las.

Ao identificar que essa falta de confiança estava comprometendo o andamento do grupo, realizamos duas intervenções na qual na primeira falamos sobre a importância de escutar o outro e sobre se sentir ou não ouvida. Na segunda intervenção, realizamos atividades com mais enfoque nessa problemática da confiança. Ao adentrar uma instituição total, o interno passa a conviver com pessoas não por opção, mas por obrigação. Goffman (2008) ressalta que todas as atividades diárias dos internos são acompanhadas por um número expressivo de outros internos, dessa forma o sujeito nunca está sozinho.

No encontro em que falamos sobre a importância da escuta, iniciamos as atividades com uma dinâmica chamada “seguimos em frente”, que consiste em uma pessoa por vez falar uma palavra que deseja para o grupo naquele encontro, após a pessoa falar a palavra que deseja o grupo responde com a seguinte frase “nós te acolhemos, te damos espaço e seguimos em frente”, para então a próxima pessoa falar a palavra que deseja para o grupo até que todo o círculo seja contemplado.

Seguindo as atividades foi aplicada a técnica e a leitura por uma das mulheres o texto “escutatória” de Rubem Alves. A técnica consistia em separar o grupo em duplas, onde durante um determinado tempo apenas uma pessoa da dupla poderia falar sobre o que viesse a sua cabeça e fosse relacionado à sua vida. A outra pessoa em nenhum momento poderia falar ou perguntar nada. Ao passar o tempo estipulado, os papéis eram trocados e a outra pessoa da dupla deveria falar sem parar e a outra apenas escutar.

Ao final da técnica foi perguntado como as pessoas se sentiram em falar sem parar e depois só escutar, sem poder perguntar nada ao outro. Algumas participantes relataram muito desconforto na hora de falar, pois, sem a interferência da outra, havia momentos em que não sabia mais o que falar. Como também na hora de apenas escutar sem poder interferir na fala do outro.

Após as pessoas falarem como se sentiram, foi lido o texto “escutatória” de Rubem Alves e em seguida iniciou-se uma discussão acerca da importância da escuta, onde os principais temas que atravessaram a conversa foram a falta de confiança que permeia o cárcere, o não se sentir escutado nem escutar o outro.

A dificuldade em escutar o outro e se sentir escutado foi algo relatado por quase todas as integrantes do grupo e, principalmente, as internas relataram essa dificuldade não só dentro do cárcere como fora também. Porém, segundo as mulheres, dentro da prisão isso se agrava

devido à falta de confiança que permeia o ambiente a toda hora, o que as faz não ter vontade de conversar e se abrir umas com as outras.

Aprender a conviver com estranhos em um ambiente ríspido como o do presídio é bem difícil, o que acaba gerando um sentimento de solidão nas internas. Quando acontece a construção de vínculo elas afirmam que é muito forte e que, apesar de tudo, ainda conseguiram algumas poucas amigas com quem construíram vínculos de confiança.

No encontro seguinte, realizamos as atividades com enfoque na confiança por meio da qual iniciamos com a solicitação de que caminhassem pelo espaço da sala sem falar nada e olhando uns nos olhos das outras. Nessa hora, houve certa dificuldade em permanecer em silêncio e houve algumas brincadeiras por parte do grupo. Ao término da atividade, algumas pessoas falaram sobre a dificuldade em olhar por determinado tempo nos olhos das outras pessoas por timidez e vergonha. Já outras, não manifestaram problemas com essa atividade.

Dando continuidade foi pedido ao grupo que formassem duplas com pessoas com as quais tinham pouco ou nenhum contato. Essa parte foi um pouco complicada porque as internas procuraram pessoas com as quais elas já possuíam estreito relacionamento, tais como suas companheiras de celas ou de celas vizinhas, relatando que por conviverem naquele espaço todas se conheciam. Pedimos novamente para que elas buscassem outras pessoas. Demos seguimento à atividade pedindo para que escolhessem uma pessoa da dupla para ser vendada enquanto a outra a guiaria pela sala com alguns obstáculos.

Dessa forma, distribuímos alguns obstáculos pela sala o objeto era confiar em seu/sua companheira para ser guiado e não tropeçar nos objetos, enquanto o dever do outro era guiar sua companheira com responsabilidade para não machucá-la. Depois de um determinado tempo, foram-se trocados os papéis e os obstáculos da sala para recomeçar a brincadeira.

O objetivo era exercitar a confiança entre as participantes do grupo. Algumas relataram não ter tido problema em confiar na sua parceira, pois já a conhecia e sabia que não lhe aconteceria nenhum mal. Outras relataram que não foi tão fácil se deixar guiar, sendo perceptível que na hora da brincadeira ficavam tentando tatear os objetos para esquivar-se, não confiando no seu guia.

Elas falaram da dificuldade em encontrar, no ambiente da prisão, pessoas para confiar e manter algum tipo de laço. Relataram que, ao contar alguma coisa para uma pessoa em quem não tem muita confiança, a história rapidamente se espalha, inclusive a dificuldade e o receio em falar alguma coisa no grupo por medo de distorções ou até da repercussão que teria.

Mais uma vez lembramos a questão do contrato terapêutico e que se as pessoas não pudessem falar comprometeria o andamento do grupo.

As atividades foram encerradas de forma diferente, com um corredor do cuidado, que consiste em formar um corredor com as participantes do grupo e, um a um, elas vão atravessando esse corredor enquanto as demais participantes fazem algum gesto de carinho em quem está passando. A devolução que tivemos com relação a essa atividade foi surpreendente e muito positiva, foi um momento de muito afeto onde todas puderam se sentir cuidadas.

Eu imaginava que a devolutiva não fosse ser tão positiva, visto que o corredor do cuidado requer um contato mais próximo das pessoas que estão participando, e requer que haja uma certa entrega no sentido de sentir e retribuir cada carinho. Diante de todas as barreiras mencionadas pelas mulheres, imaginei que haveria algum tipo de resistência por parte delas fui bastante surpreendida quando em um encontro posterior elas pediram para que realizássemos novamente outro corredor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas no decorrer desse trabalho servem como um alerta da urgência em se trabalhar a saúde mental das pessoas encarceradas, visto que os índices de transtornos mentais e sofrimentos psíquicos têm crescido gradativamente nessa população e a ingestão de psicotrópicos tem acompanhado esse aumento, contribuindo para a medicalização da vida dessas pessoas que, como foi testemunhado por nós, no início do projeto, acabam ingerindo essas medicações com pouca instrução e sem o acompanhamento médico devido.

Construir espaços de fala pode ser uma saída para a resignificação das experiências de sofrimento psíquico vivenciadas no cotidiano do cárcere, pois frequentemente as mulheres que estão sob a pena de privação de liberdade são silenciadas e impossibilitadas de falar sobre seus sentimentos. Dessa forma, as Práticas Integrativas e Complementares grupais se apresentaram como uma estratégia para proporcionar esses espaços, visto que proporcionam espaço de fala que permanecem abertos para as mulheres ficarem à vontade para falar sobre os diversos dilemas cotidianos que são específicos da privação de liberdade, além de o trabalho em grupo permitir que elas compartilhem experiências que lhes são comuns, facilitando a criação de redes de apoio que podem funcionar como uma estratégia de enfrentamento ao ambiente hostil que as permeiam.

A devolutiva por parte das mulheres foi de suma importância. Certo dia, um de nossos encontros coincidiu com o dia de beleza que elas possuem uma vez por mês e, como todas eram muito vaidosas, faziam questão de comparecer a esse dia para fazer as unhas, arrumar os cabelos e realizar outros procedimentos estéticos. Porém, no dia em que houve essa coincidência, mesmo relatando que elas tinham a opção de não irem para o grupo, pois não era uma atividade obrigatória, a maioria optou por comparecer ao nosso encontro, demonstrando que o trabalho realizado era apreciado e valorizado.

Diante disso, o presídio, através do mal-estar e sofrimento que causa em seus internos, se constitui como um terreno fértil para o profissional da psicologia desempenhar os mais diversos trabalhos, desde a realização de grupos como o que foi exemplificado nesse trabalho, até ações mais individuais e clínicas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil-Problemas e desafios. **Revista Usp**, n. 9, p. 65-78, 1991.

ANDRADA, Paula Costa de; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Corpo e docência: a dança circular como promotora do desenvolvimento da consciência. 2015.

ANDRADE, João Tadeu de; COSTA, Liduina Farias Almeida da. Medicina complementar no SUS: práticas integrativas sob a luz da Antropologia médica. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 497-508, 2010.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2012.

BENELLI, Sílvio José. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 237-252, 2004.

BENELLI, Sílvio José. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Entre Paulo e Boaventura: algumas aproximações entre o saber e a pesquisa. **Proposta**, v. 31, n. 113, p. 38-48, 2007

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2006). *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações penitenciárias – INFOPEN, 2014.

CARVALHO, Márcia Lázaro et al. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 2, 2006.

CANAZARO, Daniela; ARGIMON, Irani Iracema de Lima. Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad saúde pública**, v. 26, n. 7, p. 1323-33, 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, v. 16, n. 2, 2003

ELY, Amanda; CECHINEL, Beatriz; DE CAMARGO, Monica Ovinski. Entre vítimas e criminosas: estudo sobre o histórico de violência na vida das mulheres em situação de

detenção no presídio Santa Augusta, Criciúma-SC. **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 2, n. 2, 2010

FÉLIX-SILVA, Antonio Vladimir et al. A tenda do conto como prática integrativa de cuidado na atenção básica. 2014.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCO, Santoro; AMÉLIA, Maria. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, 2005.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos . 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008

KUHN, Mara Lúcia Welter. Boal e o Teatro do Oprimido: O Espect-ator em cena na Educação Popular. 2011.

LAGO, Natália Bouças do. **Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de et al. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 98, p. 446-456, 2013

MEDEIROS, Luciana Lessa. Mulheres e cárcere – Reflexões em torno das redes de proteção social. 2010

MINZON, Camila Valéria; DANNER, Glaucia Karina; BARRETO, Danielle Jardim. Sistema prisional: conhecendo as vivências da mulher inserida neste contexto. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v. 18, n. 1, 2010.

NASCIMENTO, Maria Valquíria Nogueira do. Práticas integrativas e complementares grupais nos serviços de saúde da atenção básica: possibilidade de diálogo com a educação popular. 2016. 250 f. Tese (Doutorado em psicologia)- Departamento de Psicologia, Natal/RN, 2016

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; ARAÚJO, Maria de Fátima. Aproximações do teatro do oprimido com a Psicologia e o Psicodrama. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 2, p. 340-355, 2012.

SOUSA, Maria da Consolação Pitanga et al. Atenção à saúde no sistema penitenciário: revisão de literatura. **Revista interdisciplinar**, v. 6, n. 2, p. 144-151, 2013.

SOUZA, Maria Eleonora Montenegro de et al. Danças circulares na UFPB. **Revista Eletrônica Extensão Cidadã**, v. 4, n. 2, 2007

SILVA, Natália da. *As Políticas Públicas Do Governo Federal Para O Sistema Carcerário*. **Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 13, no 1216. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=3892>> Acesso em: 15 nov. 2017**

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, v. 26, p. 1-9, 2006.

VARGAS, Laura Ordóñez. Religiosidade: poder e sobrevivência na penitenciária feminina do Distrito Federal. **Debates do NER**, v. 2, n. 8, 2005.